



Carta do Piauí – Carta da Terra

Teresina/PI, 19 de novembro de 2004.

Ao Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva;
Aos Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais,
especialmente dos estados do Semi-Árido brasileiro;
Aos prefeitos e vereadores dos municípios inseridos na região semi-árida;
À sociedade brasileira;

Nós, 500 agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados, assessoras e assessores de organizações da sociedade civil, vindos dos 11 estados do Semi-Árido Brasileiro, reunidos em Teresina-PI, entre os dias 16 e 19 de novembro de 2004 por ocasião do V Encontro Nacional da Articulação no Semi-Árido Brasileiro, que teve como tema *Reforma Agrária: Democratizando a Terra e a Água no Semi-Árido Brasileiro*, reafirmamos a atualidade da carta do IV EnconASA, realizado em Campina Grande-PB, em 2003, e ainda afirmamos:

A Reforma Agrária democrática e sustentável deve se fundamentar na desapropriação do latifúndio.

A Reforma Agrária democrática e sustentável é uma condição insubstituível para a democratização do acesso à água no Semi-Árido.

A Reforma Agrária democrática e sustentável é condição essencial para garantia de segurança alimentar e nutricional no Semi-Árido.

A Reforma Agrária democrática e sustentável na região semi-árida deve se pautar por um modelo de desenvolvimento que tenha como princípio básico a convivência com o Semi-Árido.

O semi-árido brasileiro compreende uma área de 900 mil Km² onde estão presentes 2 milhões de estabelecimentos familiares, que correspondem aproximadamente a metade do universo da agricultura familiar do país, mas apenas 4,2% do total da área agrícola nacional. Esses dados revelam a enorme concentração de terra na região, configurando uma realidade socialmente injusta na qual os latifúndios improdutivos dominam a paisagem deixando às pequenas propriedades familiares uma média de menos de 10 hectares, uma extensão de terra inviável para a sustentabilidade da agricultura familiar no Semi-Árido. Com pouca disponibilidade de terra, limitado acesso à água e com restrito acesso aos benefícios das políticas públicas, a agricultura familiar tem sido historicamente mantida em uma situação de grande vulnerabilidade social. Diante disso é levada a um círculo vicioso no qual a pobreza, a fome e a desnutrição induzem à degradação dos recursos naturais



ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

e vice-versa, inviabilizando aos poucos a própria permanência das famílias agricultoras na terra.

Esse quadro encontra suas raízes já nos primórdios do período colonial e é fruto de uma clara opção do Estado brasileiro que histórico e politicamente foi dominado pelas elites agrárias. Embora no curso dessa história diferentes movimentos populares no campo tenham se organizado na luta pela terra na região, até hoje a terra e a água não foram democratizadas uma vez que o Estado sempre atuou no sentido de negar esse direito popular por meio do uso da força física. Os massacres de Canudos, Caldeirão, Palmares, Pau de Colher, Contestado e outros deixaram profundas cicatrizes na memória nacional e evidenciam essa opção estatal reiterada através dos séculos.

O Brasil perdeu várias oportunidades históricas para a realização de sua Reforma Agrária. O contexto atual traz à tona mais uma oportunidade que a sociedade brasileira não pode deixar escapar, para enfim realizar o seu projeto de nação. Assiste-se, por um lado, o grande revigoramento dos movimentos sociais no campo, como não deixa de evidenciar o nosso V Enconasa. Por outro lado, pela primeira vez em nossa história, a sociedade depositou clara expectativa de uma ação do governo na promoção de mudanças estruturais, na medida em que conseguiu viabilizar o seu projeto de levar Lula à presidência.

Após dois anos do governo Lula, essas expectativas populares não vêm sendo confirmadas. A Reforma Agrária não vem sendo executada segundo os ritmos e os métodos defendidos pelos movimentos sociais e prometidos em campanha eleitoral. Em vez disso, o que estamos assistindo como a essência do projeto governamental é a reafirmação do latifúndio monocultor, que agora recebe também o nome de agronegócio.

Para nós está claro que a manutenção do latifúndio monocultor (agronegócio) é incompatível com o desafio de democratizar a sociedade brasileira. Se ele gera no curto prazo, importantes divisas para a estabilização da economia nacional, como argumentam seus defensores, em contrapartida engendra intensos processos de exclusão social, de insegurança alimentar e degradação ambiental.

No Semi-Árido brasileiro os perímetros irrigados são a expressão maior desse modelo. Nesse sentido, o projeto de transposição do Rio São Francisco defendido pelo governo federal como alternativa para levar água ao Semi-Árido evidencia a manutenção da opção pelo latifúndio monocultor (agronegócio) em detrimento dos anseios dos agricultores e agricultoras familiares, movimentos populares e organizações da sociedade civil.

Em nosso entendimento, democratizar o acesso à água significa o atendimento das diversas demandas hídricas (consumo humano e animal, agricultura, etc.) de uma população dispersa no território como é a característica da agricultura familiar. As experiências promovidas pelas organizações vinculadas à ASA demonstram que por meio da construção de pequenas obras de infra-estrutura,



de baixo custo, para a captação e armazenamento, construídas a partir da mobilização e participação ativa das comunidades e com o uso de tecnologias desenvolvidas e apropriadas localmente, é possível alcançar a descentralização do acesso à água.

O Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC, da ASA, em parceria com o governo federal e a cooperação internacional e o apoio de setores da iniciativa privada, se constitui como política pública e nos últimos anos vem possibilitando a construção de cisternas familiares e comunitárias em larga escala por todo o Semi-Árido revelando a viabilidade técnica e sócio-organizativa dessa proposição.

Consideramos que a política fundiária adotada pelo governo não se configura como um efetivo programa de Reforma Agrária. O financiamento da terra através do crédito fundiário não é um mecanismo capaz de quebrar a espinha dorsal do latifúndio e responder ao desafio de democratizar o acesso à terra e à água. Nesse sentido, reafirmamos nossa luta pela desapropriação dos latifúndios como o principal meio para a efetivação da Reforma Agrária e apoiamos a luta pelo Limite do Tamanho da Propriedade da Terra (35 módulos fiscais).

Defendemos também:

- A revogação da medida provisória que impede as vistorias por dois anos em terras ocupadas pelas famílias sem-terra. As ocupações de terra vêm se configurando uma estratégia socialmente legítima adotada pelos movimentos sociais para fazer avançar a Reforma Agrária no país e garantir a função social da terra constitucionalmente definida;
- Que sejam destinadas para a Reforma Agrária as terras públicas hoje arrendadas a preços irrisórios para plantio de eucalipto e outras monoculturas;
- A regularização da posse da terra para as diversas categorias de agricultores e agricultoras familiares, que não detêm a propriedade formal da terra, dentre elas, as experiências de fundo de pasto;
- O imediato reconhecimento das terras das comunidades quilombolas; a demarcação e proteção das terras indígenas e das unidades de conservação e a regularização das terras ocupadas por posseiros agricultores familiares;
- A aprovação do Projeto de Lei que tramita na Câmara Federal, que propõe a expropriação das áreas onde tem o uso de trabalho escravo.

As experiências que vêm sendo gestadas e implementadas por organizações vinculadas à ASA, e que foram objeto de debate em nosso V EnconASA, apontam para uma outra política de desenvolvimento para o País.

Para garantir a sustentabilidade da Reforma Agrária faz-se necessário associar a essas iniciativas um conjunto de políticas públicas que valorizem e tirem



partido das especificidades sociais, culturais e ambientais da região na perspectiva da convivência com o Semi-Árido.

Neste sentido defendemos:

- **Uma reforma agrária que leve em conta as especificidades e diversidades regionais;**
- **A ruptura com o atual modelo de desenvolvimento econômico;**
- **A consolidação da agricultura familiar através do crédito, assessoria técnica, social e ambiental feita a partir das demandas e saberes locais;**
- **O protagonismo de crianças, jovens, pessoas idosas e mulheres;**
- **A democratização dos meios sociais de comunicação;**
- **Uma política de educação voltada para a convivência com o Semi-Árido.**

Expressamos a esperança de que a Reforma Agrária, na perspectiva da democratização da terra e da água, fruto de décadas de lutas sociais e do esforço humano nos mais diferentes locais deste imenso Semi-Árido, se torne política pública assumida pelos poderes legislativo, executivo e judiciário, em nível federal, estadual e municipal, para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o país.